

Aspectos Políticos do Desemprego: A Guinada Neoliberal do Brasil*

Franklin Serrano¹
Luiz Eduardo Melin²

Em todo o mundo, a reversão da trajetória sofrida pela economia brasileira após ter atingido o apogeu de 2010 tem confundido igualmente comentaristas profissionais, analistas experientes e agentes do mercado. À medida que transcorria o ano de 2015, projeções cada vez mais negativas (“*A Economia do Brasil Vacila*”, “*Uma Economia à Beira do Abismo*”, “*O Pior Pode Estar Por Vir*”) não eram menos difundidas do que expressões de incredulidade (“*O que terá acontecido com o Brasil?*”, “*A Escandalosa História de Expansão e Colapso do Brasil*”, “*A Súbita Ascensão e Declínio Brasileiros*”) e, mais recentemente, de ansiedade (“*Goldman Sachs Diz Que Brasil Entrou Em ‘Franca Depressão’*”) acerca do destino do membro sul-americano dos BRICs.

Apesar das numerosas declarações oficiais em contrário, entretanto, os problemas hoje enfrentados pelo Brasil foram gerados internamente, como frequentemente é o caso. O exame do conjunto de medidas abertamente escolhidas pelo governo brasileiro – e dos objetivos quase tão abertamente declarados dessas mesmas políticas – fornece elementos explicativos suficientes para esclarecer o caminho que, partindo de uma situação de prosperidade e bem-estar, levou o país em um tempo relativamente curto a uma situação de recessão e desemprego.

Neste contexto, o objetivo do presente trabalho é examinar a recente guinada neoliberal no Brasil, do ponto de vista da Economia Política. A discussão está organizada da forma descrita a seguir. A seção 2 reconstrói brevemente a trajetória recente da economia e da política econômica. A seção 3 avalia criticamente a interpretação oficial da crise como sendo de origem externa. A seção 4 chama a atenção para a importância do acirramento do conflito distributivo e examina a resposta do atual governo frente às pressões dele decorrentes. A seção 5 trata do uso do discurso de combate à corrupção como forma de evitar o tratamento do conflito distributivo (e geopolítico) no debate público brasileiro e as implicações desse expediente sobre o quadro político atual. A seção 6 avalia o indiscutível êxito da guinada nas políticas públicas (política econômica, externa, trabalhista, de segurança etc.) em relação a seus reais objetivos. Finalmente, a seção 7 descreve como a situação atual dos quadros econômico e político brasileiros e as perspectivas de sua deterioração ulterior podem servir de referência para outros países em desenvolvimento.

2. Um Conto de Duas Políticas: Da Desaceleração à Estagnação ao Colapso

As origens da aparentemente súbita queda de 3,8% do PIB brasileiro no ano de 2015 remontam na verdade à política econômica implementada durante o primeiro mandato da Presidente

* O presente artigo foi escrito em dezembro de 2015 e publicado originalmente no n.1, janeiro-febreiro da revista “*Critica Marxista*” da Fondazione Luigi Longo, Itália. Por destinar-se a um público no exterior, o texto contém diversas referências explicativas possivelmente supérfluas para leitores mais familiarizados com as instituições, personagens e o cotidiano da vida econômica e política no Brasil. Os autores agradecem à Prof^a Antonella Palumbo da Universidade Roma Tre pela versão para o idioma italiano e a Miguel Henriques Carvalho pela tradução para o português do original em língua inglesa.

¹ Franklin Serrano é professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. É Pesquisador Associado Sênior do Centre for Economic Policy Research – CEPR, Washington, Estados Unidos.

² L. E. Melin é professor do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. É membro do Conselho Consultivo do Official Monetary and Financial Institutions Forum – OMFIF, Londres, Inglaterra.

Dilma Rousseff.³ Entre 2011 e 2014, a taxa de crescimento econômico brasileira foi reduzida à metade, crescendo em média apenas 2,1% ao ano, em comparação ao crescimento médio de 4,4% ao ano verificado no período 2004-2010.

Mas esta aguda desaceleração da atividade econômica é apenas uma das consequências decorrentes da série de mudanças na política econômica promovida pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) sob a presidência de Dilma Rousseff. Já em seu primeiro mandato foi promovida uma clara alteração de rumos com o propósito deliberado de reduzir o papel da ação direta do Estado na economia brasileira, apesar de importantes políticas de inclusão social destinadas à redução da desigualdade ainda haverem sido mantidas nesse período.

O objetivo principal dessa mudança na política econômica era o de sinalizar que a notoriamente bem-sucedida estratégia seguida até 2010, em que o setor público desempenhou um papel central em promover diretamente o crescimento econômico, seria descontinuada. Como se sabe, a estratégia anterior foi implementada principalmente por meio de estímulos do setor público (incluindo as empresas estatais e os bancos públicos) à demanda agregada e pela geração de mudanças estruturais no lado da oferta, por via do investimento público.

Essa estratégia de desenvolvimento possibilitou que um crescimento expressivo fosse produzido de maneira consistente e permitiu que fossem alcançadas reduções significativas na desigualdade. Por sua vez, as mudanças resultantes, tanto na matriz social brasileira como nas relações no mercado de trabalho, geraram resistências políticas da comunidade empresarial e financeira do país. Mesmo no auge da prosperidade, os grandes grupos privados de comunicação de massa e os economistas associados ou patrocinados por grandes bancos privados eram particularmente incisivos ao expressar seu descontentamento.

Numa tentativa de aplacar as críticas crescentes das empresas, bancos, parte da oposição e da mídia, já a partir do período de transição de mandatos, ao final de 2010, a então presidente-eleita Dilma Rousseff e seus principais colaboradores (com a aquiescência pública do Presidente Lula) decidiram endossar a visão segundo a qual o governo estava intervindo “excessivamente” na economia.

Ao invés de atuar como um indutor direto da expansão da demanda agregada, o papel econômico do estado passou a ser abertamente o de desacelerar o crescimento da demanda interna, simultaneamente oferecendo incentivos para as empresas, na forma de desonerações tributárias substanciais (e sem contrapartidas), somadas à redução da taxa de juros, posteriormente revertida, e a uma primeira desvalorização expressiva do real. O raciocínio que informou essa política foi o de que o setor privado seria por esta via estimulado a investir, exportar e liderar o crescimento econômico, em vez de seguir na esteira dos investimentos públicos e das transferências sociais como acontecera na década anterior.

Entretanto, essa mudança na política econômica iniciada em 2011 mostrou-se ineficaz, na medida em que o investimento público caiu drasticamente sem que ocorresse esperado o aumento do correspondente no investimento privado e nas exportações líquidas. Os efeitos negativos foram agravados pelo clima incomumente seco e os equívocos na imposição de diretrizes de política energética para a Eletrobrás, a maior empresa estatal de eletricidade,

³ Para uma análise macroeconômica mais detalhada deste período, ver SERRANO, F. & SUMMA, R. “Demanda agregada e a desaceleração econômica brasileira de 2011 a 2014”. In: Center for Economic and Policy Research, agosto de 2015. Disponível em <http://www.cepr.net/documents/publications/Brazil-2015-08-PORTUGUESE.pdf>.

conduziram o país à beira de um apagão em 2014, apesar do fato da demanda estar fraca devido à desaceleração da atividade econômica por quatro anos consecutivos.

Em vez de retomar a trajetória da política econômica bem-sucedida de 2006-2010, procurando aperfeiçoar o planejamento de longo prazo por meio de melhores políticas tecnológicas e de infraestrutura, o segundo governo da Presidente Dilma Rousseff, iniciado em janeiro de 2015, decidiu dobrar a aposta na estratégia de crescimento puxado pelo setor privado. Desde o primeiro dia do seu novo mandato, o governo comprometeu-se plenamente com a implementação das políticas defendidas pela oposição conservadora, derrotada durante a campanha eleitoral recente de 2014.

Na verdade, o segundo governo da Presidente Dilma Rousseff foi significativamente mais além do que a mera adoção do receituário de seus opositores partidários. Trabalhando em estreita coordenação com o influente setor financeiro brasileiro (o novo Ministro da Fazenda saiu diretamente da Diretoria do maior banco privado do país), o governo liderado pelo PT colocou em prática uma versão bastante mais radical da receita de “austeridade” aplicada em muitos países europeus e habitualmente defendida por diversas instituições multilaterais.

A guinada neoliberal do governo brasileiro materializou-se em uma combinação sem precedentes de cortes de gasto público, elevações sucessivas da taxa de juros reais, um conjunto de medidas para contenção do crédito e a rápida elevação dos preços administrados (tarifas públicas). Ao utilizarem, simultaneamente, todos os instrumentos disponíveis de política econômica para desacelerar a atividade econômica, ao mesmo tempo em que permitiam que ocorresse uma substancial desvalorização cambial, as autoridades brasileiras criaram uma tempestade perfeita de “austeridade” que mergulhou o país na maior recessão econômica desde os anos 90, com uma perda líquida de 1,5 milhão de empregos formais apenas nos últimos doze meses.

3. “A Culpa é do Mundo”: A Versão do Governo Brasileiro

Como não é possível varrer para debaixo do tapete cinco anos de contínua deterioração e, mais recentemente, colapso, dos indicadores macroeconômicos – incluindo oito trimestres consecutivos de queda do investimento – de uma economia do tamanho da brasileira, a linha oficial do governo consistiu, basicamente, em culpar condições internacionais adversas pelos efeitos negativos gerados por suas escolhas deliberadas de política econômica.

Esta linha de discurso oficial não é particularmente criativa, além de dificilmente defensável. Tentar fazer da “crise internacional” a causa dos atuais problemas da economia brasileira é como atribuir o naufrágio do Titanic à mudança climática.⁴ Com efeito, mesmo um esforço analítico básico revelará que as mudanças nas condições econômicas externas, tais como as tendências e a composição da balança comercial, ou a disponibilidade de financiamento externo, tiveram muito pouco impacto direto sobre o desempenho geral da economia brasileira ao longo dos últimos cinco anos.

⁴ Sem enfatizar exageradamente este ponto, tanto a Presidente Dilma, em seu discurso na 1ª reunião ministerial de 2015, quanto o Ministro do Planejamento, alguns meses mais tarde, de fato declararam que o governo “absorveu tanto quanto pôde os impactos da crise internacional e da mudança climática – e esta política atingiu [agora] seu limite”. Ver <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1581397-leia-o-discurso-de-dilma-na-abertura-da-reuniao-ministerial.shtml> e <https://youtu.be/QpC-ZyzWix8>.

De fato, não é incorreto afirmar que as exportações brasileiras cresceram apenas ligeiramente entre 2011 e 2014 (1,6% em média), principalmente devido a um volume menor do comércio mundial, combinado com a queda acentuada no preço das *commodities*. Entretanto, este desempenho decepcionante teve um efeito direto virtualmente desprezível sobre a demanda agregada, constatado quando levamos em consideração o peso relativamente pequeno das exportações no PIB brasileiro (cerca de 11%), bem como o coeficiente de importação muito elevado incorporado em muitas das exportações brasileiras mais importantes.

Além disso, e mais relevante, o Brasil não enfrentou a mais remota ameaça de uma crise de balanço de pagamentos em qualquer momento de sua trajetória da desaceleração à estagnação, ao colapso econômico. A dívida externa líquida do setor público é negativa no Brasil desde 2008⁵ e a dívida externa bruta permaneceu em níveis historicamente baixos (inferiores a 20% do PIB) desde 2006 – inclusive em 2015, quando se estima que fechará em torno de 18%.⁶ Por sua vez, as reservas internacionais que cresceram fortemente desde 2006 mantiveram-se nos último cinco anos em níveis de pico histórico, em torno de US\$ 370 bilhões, ou nada menos do que 20% do PIB, em valores correntes.

Apesar desta posição extremamente sólida do balanço de pagamentos, a ameaça do rebaixamento da avaliação de risco de crédito soberano do Brasil por agências privadas internacionais (o que finalmente aconteceu em março de 2015) foi repetidamente utilizada como um dos principais argumentos usados tanto por economistas do mercado financeiro como por membros do governo brasileiro para justificar por que cortes de gastos ainda mais profundos e medidas de “austeridade” cada vez mais amplas deveriam ser adotadas no país.

Assim, a dívida pública interna, denominada na moeda local, e o passivo externo do país (tanto privado quanto público) em moeda conversível foram repetidamente tratadas no debate econômico brasileiro como variáveis dependentes entre si, cujo equacionamento exigiria a adoção preventiva e, subsequentemente, corretiva, de políticas contracionistas.

Este artifício retórico rudimentar foi levado ao extremo da confusão conceitual quando a agência Standard & Poor’s (S&P) reafirmou textualmente a solidez da posição cambial brasileira no mesmo relatório em que anunciava que o risco de crédito internacional do país perderia o grau de investimento, no começo de setembro de 2015.⁷

A agência classificadora afirmou que a decisão de rebaixar sua avaliação do risco de crédito externo do Brasil (no exterior, em moeda conversível) se justificava pelo “desempenho fiscal” (interno, em reais) do país e pelo “aumento da dívida líquida do governo federal” (*idem*). Na sequência, o documento menciona a “baixa necessidade de financiamento externo” do Brasil e “seu elevado nível de reservas internacionais”.

Do ponto de vista macroeconômico isto levanta mais questões do que respostas, uma vez que, por definição, é impossível que qualquer governo possa se ver forçado a não pagar a sua dívida interna, denominada em sua própria moeda. Em qualquer país onde o banco central possa comprar e vender qualquer quantidade de títulos públicos de curto prazo no mercado secundário para definir a taxa de juros básica da economia, quaisquer títulos públicos não comprados pelo setor privado podem ser (e normalmente são) comprados pelo próprio banco

⁵ http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/Informes_da_Divida/Vulnerabilidade_Externa_final.pdf

⁶ Banco Central do Brasil. Nota para a Imprensa: Setor Externo, dezembro 2015. <http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPEXT>

⁷ Este exemplo de inovação teórica das agências de classificação de risco, em particular, foi oportunamente assinalado por M. Vernengo em <http://nakedkeynesianism.blogspot.com.br/2015/09/from-bbb-razil-to-brazil-or-meaning-of.html>.

central, à taxa de juros por ele fixada. Por alguma razão, este fato singelo acerca das finanças públicas parece ter escapado tanto aos defensores brasileiros da “austeridade” crescente como aos obstinados analistas das agências de classificação de risco de crédito dos Estados Unidos.

Para sermos justos, depois do Brasil a S&P também rebaixou os títulos do governo do Japão (como também fizeram com os títulos do próprio governo dos Estados Unidos há um tempo atrás), confirmando assim que a curiosa abordagem macroeconômica das agências de classificação de risco não é nem restrita, nem dirigida unicamente, ao Brasil. Quando levadas aos tribunais dos Estados Unidos (e da Europa) por conta de seu papel na crise financeira de 1997, as agências de classificação de risco afirmaram por meio de seus advogados que suas avaliações são “meramente uma opinião”, protegida pelo direito à liberdade de expressão, e não deveriam ser consideradas como nada mais do que isso.⁸

Aparentemente, a Presidente Dilma Rousseff levou estas “meras opiniões” muito a sério e o rebaixamento decretado pela S&P foi abertamente usado para justificar mais uma rodada de contingenciamento e cortes orçamentários. O parecer da agência de risco foi apenas seletivamente levado em consideração pelo governo brasileiro, no entanto, dado que ministros e membros do governo continuaram falando sobre a importância de conter a dívida pública bruta (doméstica), independentemente da menção específica do relatório da S&P de que a dívida pública líquida do país era o problema.⁹

O resultado foi que, embora as exportações não sejam uma fonte significativa de demanda agregada no Brasil, e apesar do fato de que o país mantém há muitos anos níveis confortavelmente altos de reservas internacionais, bem como níveis relativamente baixos de dívida externa bruta – em outras palavras, de que não havia qualquer ameaça de problemas de balanço de pagamentos no horizonte –, a crise internacional foi apontada como culpada pela espiral descendente da economia provocada pela política econômica cada vez mais restritiva e ortodoxa do governo.

4. Participação dos Salários na Renda e Conflito Distributivo: Aspectos Políticos da Política Econômica

De início, as autoridades brasileiras se utilizaram apenas de uma retórica, já hoje corriqueira, para justificar o uso do arsenal de medidas de “austeridade” que efetivamente descarrilou a economia brasileira. Isto se deu tanto pelo emprego do pretexto padrão de estar sendo forçado pela crise internacional e pela ameaça de rebaixamento de *rating* a adotar políticas contracionistas,¹⁰ já descrito acima, como também recorrendo à noção de que o arrocho fiscal (e, no presente caso, também monetário, creditício, somados à queda do salário real) é a única forma de mudar as expectativas dos agentes econômicos e, assim, assegurar a volta do crescimento. O célebre argumento da “contração fiscal expansionista”, ou “EFC”, como é abreviada internacionalmente ganhou assim, no Brasil, uma nova versão, mais radical e

⁸ Ver *Jefferson County Sch. Dist. v. Moody's Investor's Servs., Inc.*, 988 F. Supp. 1341 (D. Colo. 1997), *aff'd*, 175 F.3d 848 (10th Cir. 1999). Também estendendo a proteção da Primeira Emenda para a “liberdade de opinião” das agências de rating, ver *First Equity Corp. of Florida v. Standard & Poor's Corp.*, 690 F. Supp. 256, 259-260 (S.D.N.Y. 1988)

⁹ A dívida bruta no Brasil é maior do que a dívida líquida principalmente devido às operações das políticas monetária e creditícia, particularmente a emissão de títulos como contrapartida das vultosas reservas internacionais e, em muito menor escala, dos empréstimos do Tesouro aos bancos públicos.

¹⁰ “Com o avanço do ajuste fiscal, ainda que modesto, afastamos o risco de downgrade.” J. Levy in

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,downgrade-nao-e-um-risco-que-foi-eliminada-avalia-levy,1705291>

ausente mesmo dos livros-textos mais ortodoxos, que poderia ser chamada de "contração geral expansionista", ou "EGC" em linha com a sigla original.

Mais recentemente, porém, tornou-se explícito que o propósito não declarado do conjunto de políticas em execução no país é o de enfraquecer o poder de barganha dos trabalhadores, ao reduzir o salário real e aumentar o desemprego. À diferença das economias avançadas do ocidente, o arcabouço institucional que protege os interesses dos trabalhadores no Brasil é comparativamente fraco e carece de respaldo político efetivo, seja em termos orgânicos, seja em termos partidários. Neste contexto, além da enfraquecer a capacidade reivindicatória dos trabalhadores, o aumento das fileiras de desempregados traz o benefício adicional de reduzir eficazmente a resistência à introdução das medidas neoliberais necessárias para reverter os ganhos obtidos pelos trabalhadores ao longo da década anterior, considerados excessivos pelo patronato e seus economistas.

As declarações textuais neste sentido dificilmente poderiam ter sido mais nítidas. Em junho de 2015, o então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, anunciou perante uma audiência de empresários que estava na hora de “repensar o país” e que tinha a intenção de “sair da retórica e enfrentar algumas realidades”, enunciando claramente o seu objetivo de reverter “a redução de oferta de mão de obra”. Segundo ele, “tinha gente que não queria entrar no mercado de trabalho. Esse número tem que aumentar, crescimento sem aumento da oferta de trabalho não existe”.¹¹

Importa pouco que, ao dizer isso, o ministro tenha cometido um erro óbvio em termos de teoria econômica. Mesmo segundo os princípios da teoria neoclássica (ortodoxa) do crescimento a que ele parece subscrever, somente o pleno emprego da força de trabalho geraria crescimento – e não o desemprego que, por definição, nada produz.

O que importa de fato é que, politicamente, o diagnóstico de Levy foi preciso, embora incomumente explícito. O poder de barganha da força de trabalho brasileira aumentou muito – talvez mais do que pretendido – em função do aquecimento do mercado de trabalho entre 2006 e 2014 e das políticas sociais dos governos do PT. O desemprego caiu acentuadamente e os salários reais médios no setor formal cresceram a uma taxa média de 3% ao ano, a partir de 2006. Ainda mais relevante, depois de uma queda acentuada em 2004, a parcela dos salários no PIB se recuperou, aumentando continuamente por dez anos.

Diante da forte pressão política por parte do empresariado (a despeito do enorme crescimento da massa de lucros obtido durante a década precedente) e, de modo mais estridente, por parte dos grandes grupos de mídia privados e dos partidos de oposição, o governo encabeçado pelo PT começou em 2015 a empenhar-se vigorosamente em reverter, por meio da adoção de medidas de “austeridade” cada vez mais contundentes, a situação favorável aos trabalhadores que havia sido criada nos anos anteriores.

A rápida geração de desemprego e as mudanças na distribuição funcional da renda em detrimento dos salários criaram um clima político que facilitou reduzir o tamanho e a importância do Estado na economia brasileira. Mais importante, essa atmosfera política está, por sua vez, pavimentando o caminho para um retrocesso nos ganhos distributivos, direitos trabalhistas e benefícios sociais auferidos desde 2003, alguns dos quais já estão sendo desmantelados ou significativamente reduzidos.

¹¹ Ver <http://www.valor.com.br/brasil/4091982/crise-e-momento-importante-para-repensar-o-pais-afirma-levy>

Muitos militantes do PT, bem como movimentos sociais e sindicatos, foram claramente pegos de surpresa por esta súbita e inequívoca adesão à uma agenda neoliberal que eles, por longo período, haviam combatido conjuntamente, e que atinge de maneira mais dura e direta as suas próprias bases na classe trabalhadora.

Essa surpresa, ainda que compreensível, reflete um certo grau de autoilusão. Uma análise empírica mais isenta do histórico de seus posicionamentos concretos ao longo dos 30 anos de sua existência revela que o PT construiu uma tradição de evitar o confronto direto com as conservadoras classes proprietárias do país, uma vez que chegue ao poder em nível municipal, estadual ou federal.

Ainda que tenham dado mostras de querer sinceramente promover mudanças sociais, os principais dirigentes do partido do atual governo brasileiro há muito têm sido guiados por uma crença incomum na busca do consenso, segundo a qual sempre é possível, em qualquer situação, chegar-se a um acordo que evite descontentar a minúscula elite endinheirada do país e que, ao mesmo tempo, permita melhorar a vida da enorme maioria da população.

Esta peculiar vertente de uma filosofia política da cordialidade aparece como pouco crível quando se considera que o Brasil é o único país que figura simultaneamente entre as 20 maiores economias e entre as 20 piores distribuições de renda do mundo.¹² Muito simplesmente, a suposição de que seja viável melhorar de modo significativo a distribuição funcional da renda sem gerar descontentamento da classe empresarial, quando cada percentil na escala representa a transferência de recursos expressivos para a massa salarial do país, configura um exercício desprovido de perspectiva histórica.

Entretanto essa quadratura do círculo político pareceu possível até 2011, ao nível federal, na esteira da fluxo abundante de divisas internacionais, acompanhado do crescimento extraordinário dos níveis do consumo doméstico e dos lucros provocados pela descompressão de gastos que se seguiu à implementação das políticas de inclusão social – especialmente a política de aumento real continuado do salário mínimo e a expressiva ampliação do alcance dos programas benefícios e transferências sociais.

Todavia, à medida que queixas e conflitos em torno de questões distributivas, antes esporádicos na arena política, tornaram-se mais frequentes e a crítica ideológica anteriormente presente deu lugar a um indistigável antagonismo de classe, o clima de autoelogio entre as lideranças do PT transformou-se rapidamente em insegurança e sobressalto. Confrontados com a hostilidade do novo Congresso após vencer as eleições presidenciais de 2014 e limitados pelo peso de sua forte dependência de contribuições de grandes empresas e bancos privados, a tradicional maleabilidade e as crenças conciliatórias dos dirigentes do PT deram origem a um episódio raramente visto de capitulação política de cima para baixo.

5. A Caça à Corrupção Vermelha: Um Caso Tipicamente Brasileiro

Para um observador externo pode parecer intrigante o fato de que o debate público hoje em curso no Brasil não atribui nenhuma ênfase a qualquer dos principais fatores econômicos e políticos mencionados até este ponto. Qualquer visitante que haja passado pelo país desde

¹² Ver "Gini Index (World Bank estimate)" em <http://data.worldbank.org> ; e "The World Factbook - Distribution of Family Income" em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook>.

2014 faria um relato similar: o de uma sociedade inteira que diariamente devota toda a sua atenção, não para assuntos de política, mas para assuntos de polícia.

Pelo menos desde os tempos do Presidente Vargas, no começo da década de 1950, sempre que uma situação tida como excessivamente favorável aos trabalhadores necessita ser contida de modo mais imediato, a crítica à corrupção pública tem sido a tática política preferencial das forças conservadoras no Brasil.¹³ Foi precisamente esta percepção da necessidade de providências imediatas por parte do *establishment* conservador brasileiro que tomou forma ao longo do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff e se cristalizou com a derrota dos candidatos de centro-direita Aécio Neves e Marina Silva nas eleições de 2014.

Desde os seus primeiros dias de seu governo a Presidente Dilma Rousseff implantou uma política econômica que reduzia o papel do governo na economia e promovia cortes unilaterais (não condicionados) nos impostos das empresas, com o objetivo visível de agradar tanto ao setor privado brasileiro como aos investidores estrangeiros. Entretanto, uma sucessão de equívocos na condução da política econômica e na gestão das relações políticas do governo, em especial com a sua própria base social e partidária, resultou em que esse conjunto de políticas acomodatórias, na prática, terminasse não favorecendo a ninguém. Os empresários viram recuar o crescimento de suas vendas e da massa de lucros, os investimentos caíram, mas o mercado de trabalho permaneceu aquecido. Os trabalhadores também tiveram pouco a comemorar, na medida em que a renda disponível das famílias estagnou, vindo depois a cair, enquanto a criação de novos postos de trabalho diminuía ano após ano.

Ao término do primeiro governo Dilma Rousseff tornou-se claro, do ponto de vista das elites econômicas e políticas tradicionais do país, que a mudança teria que ser mais profunda e precisaria ocorrer mais rapidamente. Para aqueles familiarizados com os usos e costumes políticos brasileiros do século passado, dificilmente causará surpresa, então, que as práticas notoriamente opacas de contratação e os conchavos de fornecedores envolvendo a Petrobrás – bem conhecidos nos meios empresariais e políticos há muitas décadas – tenham sido tornados da noite para o dia em um escândalo e tenham passado a ser tratadas como nada menos do que uma emergência nacional.¹⁴

O que talvez seja menos conhecido fora do Brasil é que, desta vez, o discurso anticorrupção não ganhou o centro do debate público apenas em função dos esforços da oposição conservadora, mas que, de fato, foi a própria Presidente Dilma Rousseff quem introduziu e priorizou esse discurso na arena política. Desde que tomou posse em 2011, a nova Presidente da República repetidamente enfatizou seu compromisso pessoal com a repressão aos “malfeitos” e o combate à corrupção – rapidamente apelidado pela imprensa como uma operação de “faxina”.¹⁵

¹³ Além de ser usada para remover Vargas em 1954, a cruzada moral contra a corrupção foi também um instrumento chave para a derrubada do Presidente João Goulart (retratado por Lacerda como sendo o baluarte de uma “república sindicalista”) em 1964, e para obstaculizar a eleição de Lula e sua coalizão de esquerda em 1989, antes de reaparecer na malsucedida tentativa de impeachment quando Lula já era presidente, em 2005, e, novamente, com mais força, a partir de 2013.

¹⁴ O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (promotor da privatização e da agenda do Consenso de Washington no Brasil entre 1995 e 2002) admitiu em suas recém-publicadas memórias (“Diários da Presidência, v.1”) que ele tinha conhecimento do “escândalo” da Petrobras desde outubro de 1996, e que, embora tenha pensando em intervir na empresa, ao final, optou por não fazê-lo. Ver <http://oglobo.globo.com/brasil/fh-foi-alertado-de-que-petrobras-era-um-escandalo-17825242>.

¹⁵ A campanha publicitária do governo Dilma “O Brasil em boas mãos”, havia sido dividida em quatro episódios temáticos: infraestrutura, economia, educação e social. Entretanto, o “combate à corrupção” substituiu o episódio dedicado à economia. Ver <http://www1.folha.uol.com.br/poder/967734-dilma-nega-faxina-mas-faz-propaganda-dela->

Ao final de 2013, entretanto, a vassoura da faxina anticorrupção, por assim dizer, tinha mudado de mãos. Não era mais simplesmente uma questão de produzirem-se frases de efeito para a imprensa, substituir algum ministro acusado de “malfeitos”, ou de alardear a introdução, em setores diversos, de requisitos de conformidade regulatória crescentemente custosos e complexos, como vinha fazendo o governo liderado pelo PT até então.

As investigações dos contratos da Petrobras que haviam começado alguns meses antes estavam sendo conduzidas por um grupo integrado por magistrados, procuradores e policiais claramente, e hoje assumidamente, hostis ao PT e seus dirigentes. Quando os primeiros indícios de envolvimento de políticos vieram à tona, não foi preciso um grande salto especulativo para deduzir-se que a Presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula seriam os óbvios alvos políticos finais das investigações, apesar de que, já naquela altura, as provas recolhidas indicavam que tanto políticos da situação quanto da oposição estivessem igualmente envolvidos.

O empenho em ampliar a repercussão das investigações junto à opinião pública por parte dos grandes grupos privados de mídia era também inteiramente previsível, uma vez que apenas confirmava a linha de oposição política vocal e explícita que já vinham seguindo há diversos anos. A novidade nesse quadro ficou por conta da crescente e ostensiva parcialidade e da visível ânsia de publicidade pessoal por parte de magistrados, membros do Ministério Público e policiais federais, cujas ações receberam cobertura ampla e invariavelmente elogiosa da imprensa.

A despeito das empresas de comunicação de massa e seus respectivos jornais, emissoras de televisão, rádio e mídias eletrônicas já haverem abandonado há algum tempo qualquer afetação de imparcialidade política, esse novo quadro representou a quebra de uma longa tradição dos membros brasileiros do Judiciário e do Ministério Público de se manterem fora do jogo político, o que lhes outorgava uma presunção de neutralidade na arbitragem da disputa pelo poder. A nova realidade de juízes, procuradores e promotores que usam dos holofotes da mídia como tribuna pessoal e a quem é permitido tornarem públicas informações, depoimentos, indícios e elementos probatórios das investigações e processos em andamento sob sua tutela poderá conferir uma dimensão diversa e ampliada ao uso político do discurso anticorrupção, no futuro.

Da sua parte, o governo da Presidente Dilma Rousseff agiu de acordo com suas já declaradas prioridades de estimular “o combate aos malfeitos” e tratou o caso Petrobras como sendo um assunto que não lhe dizia respeito, buscando manter-se distante e passivo a cada estágio das investigações. Essa estratégia revelou-se problemática, dado que o governo detém o controle da empresa, cuja importância econômica e estratégica é de tal ordem que ministros de estado são regularmente indicados para sentar no seu conselho de administração.

Além de não auferir quaisquer ganhos de imagem ou dividendos políticos, a atitude de “esplêndido isolamento” adotada pelo governo no caso da Petrobras, em última análise, também custou à própria companhia em termos financeiros. Com os meios de comunicação alimentando diariamente o público com vazamentos seletivos das investigações acerca das atividades da Petrobras nas manchetes de primeira página, durante meses a fio, os movimentos especulativos de mercado previsivelmente tornaram-se mais e mais frequentes.

Contudo, o distanciamento artificial mantido pelos acionistas controladores implicou em que reduções cumulativas nos preços das ações da empresa no mercado acionário tenham sido aceitas passivamente como se de fato refletissem o real valor patrimonial da Petrobras,¹⁶ o que levou à deterioração da percepção do risco da empresa e, em alguns casos, criou constrangimentos concretos no seu acesso ao crédito onde, antes, não existiam.

A timidez e a retração política do governo em face da enxurrada diária de acusações não produziu apenas estes efeitos, porém. Na esteira de um movimento particularmente violento de derrubada dos preços das ações da Petrobras na bolsa de valores (18,36% em menos de 30 dias), foi anunciada uma redução de 30%, mais de US\$ 13 bilhões, nos investimentos da empresa para o ano. Reduções adicionais seriam decididas nos meses que se seguiram.¹⁷

Ainda que, ao cortar investimentos e legitimar as cotações de mercado, o governo tenha buscado dar provas de seu realismo e rigor no que diz respeito às finanças da Petrobras, esse curso de ação produziu, concretamente, um efeito dominó a partir da redução considerável das encomendas na extensa cadeia de suprimentos do gigante do setor petrolífero, impactando duramente vários setores econômicos, entre eles o setor de construção naval.

Em resumo, a queda acentuada na popularidade resultante dos “escândalos” da Petrobras, bem como a má condução das alianças partidárias, tanto no Congresso quanto nos ministérios, empurraram o governo Dilma, em seu segundo mandato, para uma posição política singularmente frágil.

Este quadro de fragilidade política, por sua vez, tornou mais fácil mudar a política econômica na direção de uma “austeridade” ainda maior, tendência esta já dominante entre as lideranças do PT após a eleição de outubro de 2014, com o intuito de fazer tudo o que pudesse que ser feito para atender às demandas do mercado, tais como expressas pelos grandes bancos privados, pelos grandes grupos empresariais privados e pelos grupos privados de mídia.

As perdas de postos de trabalho e a queda do nível de atividade resultantes destas políticas de austeridade, por seu turno, corroeram ainda mais o apoio popular do governo, fechando assim o círculo.

Caso o PT enfrente as eleições municipais de 2016 ainda sendo associado à recessão, ao desemprego e à corrupção pelos eleitores, as perspectivas sugeridas pelas atuais taxas de aprovação do governo (em torno de 10%) são pouco encorajadoras para o partido.

6. A Mudança da Maré: Novas Prioridades Externas e Domésticas

Não se deve qualificar precipitadamente a atual política econômica do governo brasileiro como havendo fracassado. Pode ser verdade que essas políticas não tenham produzido os

¹⁶ Do início de janeiro de 2014 ao final de janeiro de 2015, um período de apenas 13 meses em que, vale frisar, a inflação oficial beirou 8%, o mercado derrubou o preço das ações da Petrobras em mais de 62%.

¹⁷ No final de junho de 2015, o novo Plano de Negócios e Gestão da empresa, cortou os investimentos para o período 2015-2019 em mais 40%, passando de US\$ 221 bilhões para US\$ 130 bilhões. Quatro meses depois, em outubro, os investimentos orçados para o biênio 2015-2016 sofreram novo corte, desta feita de 20% adicionais, equivalentes a US\$ 11 bilhões. Ver <http://oglobo.globo.com/economia/petroleo-e-energia/petrobras-preve-corte-de-investimento-de-ate-30-neste-ano-15173435> ; <http://www.valor.com.br/empresas/4112806/petrobras-reduz-plano-de-investimento-us-130-bi-entre-2015-e-2019> ; e <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,petrobras-anuncia-corte-de-20-em-investimentos-ate-2016,1774981> .

resultados prometidos quando julgadas à luz das previsões da doutrina econômica ortodoxa a cujos conceitos e princípios o governo reiteradamente procurou caracterizar a sua adesão. Mas se, por outro lado, a eficácia das políticas adotadas for avaliada em termos dos objetivos enunciados pelo Ministro da Fazenda em pleno curso de sua implementação (cf. seção 4, acima), então deve-se admitir que as políticas econômicas foram bastante bem-sucedidas.

Em primeiro lugar, a taxa de desemprego cresceu rapidamente, alcançando 7,9% em novembro de 2015 segundo dados oficiais,¹⁸ aumentando assim a oferta de força de trabalho disponível, identificada como um obstáculo central para o crescimento futuro. Adicionalmente, a inflação também aumentou, tendo atingido 10,48% – a maior taxa de inflação em mais de duas décadas e muito acima do limite superior da meta de inflação oficial para o ano, fixada em 6,5%.¹⁹

Tendo em vista que a real função da inflação é baixar o salário real, há tempos considerado pelo governo e em círculos empresariais brasileiros como o causador da excessiva “pressão de custos” prevalente na década anterior, não foi feita qualquer tentativa no sentido de evitar a expressiva desvalorização do real frente ao dólar (48,5%)²⁰ ou o aumento de preços dos serviços públicos ocorridos em todo o ano de 2015. Bem ao contrário, ambos os fenômenos foram oficialmente celebrados pelos ministros da área econômica como representando uma “correção do desequilíbrio de preços relativos”. O efeito combinado dos dois resultados – o aumento do desemprego e a queda nos salários reais – refletiu-se na redução em termos reais de 10,4% da participação da massa salarial na renda brasileira ao longo dos últimos doze meses.

Paralelamente, em uma prática geralmente não listada entre os requisitos técnicos para a implementação da “austeridade” fiscal, o governo tem retido na fonte os pagamentos aos fornecedores privados de instituições públicas, tais como hospitais e universidades públicas. Além de prejudicar o fornecimento de bens e serviços públicos utilizados principalmente pelos segmentos de menor renda da população, este artifício não resulta em qualquer melhoria nos números fiscais pelas normas internacionais de contabilidade das finanças públicas. A única real consequência de tais contingenciamentos de fachada é que a população enfrentou um declínio da qualidade e da eficiência dos serviços públicos de que necessita.

Tais políticas, bem como o desfile diário de “escândalos” e acusações, amplificados pela cobertura constante e direcionada da imprensa, ajudam a inculcar na opinião pública a noção de que o Estado é intrinsecamente ineficiente e corrupto, facilitando assim a adoção de medidas de maior alcance – e mais permanentes – do receituário neoliberal.

Curiosamente, sob a liderança do ex-presidente Lula, o PT obteve diversos êxitos na oposição à fiscalismo macroeconômico e às reformas neoliberais durante a década de 1990. Como resultado dos êxitos, ainda que parciais, dessa sistemática oposição política, secundada pela ação de outras forças progressistas, como o PDT de Leonel Brizola, o Brasil logrou escapar de alguns dos piores impactos do neoliberalismo na América Latina. Vinte anos mais tarde, testemunhamos uma reversão desses papéis.

¹⁸ Segundo o pesquisador H. Zylberstajn, da USP, não fosse o número anormalmente elevado de desempregados que deixaram de procurar emprego no mês passado (cerca de 170.000), o nível de desemprego teria atingido 8,5 %.

¹⁹ O banco central brasileiro “suspendeu” a meta de inflação para 2015, depois de ter permanecido abaixo do seu limite superior por dez anos seguidos.

²⁰ Vale recordar que no longo período inflacionário brasileiro, durante o regime militar, economistas e operadores de mercado chamavam de “maxidesvalorização” qualquer queda na cotação da moeda nacional superior a 30%.

Atualmente, é um governo liderado pelo PT que está implantando a gama completa de medidas de "austeridade" e patrocinando mudanças na legislação para reduzir direitos dos trabalhadores e beneficiários da seguridade social. A prioridade atribuída a esta agenda política foi sublinhada pelo fato de que as primeiras Medidas Provisórias enviadas pela Presidente Dilma Rousseff ao Congresso para abrir seu segundo mandato (de fato, na véspera da sua posse) simultaneamente restringiram o acesso ao seguro de desemprego e reduziram direitos referentes ao auxílio-doença e à pensão por morte e ao abono salarial do PIS-Pasep.²¹

As prioridades legislativas do governo da Presidente Dilma Rousseff não ficaram restritas, contudo, às medidas no campo dos direitos trabalhistas e do "ajuste fiscal" – eufemismo local usado com mais frequência do que o da "austeridade". Os líderes do governo nas casas do Congresso também estiveram ocupados em 2015 com uma emenda à Constituição para pela primeira vez na história do país tornar a segurança pública um assunto de competência federal (PEC 33/2014)²² e com o projeto de lei antiterrorismo (PL 2016/2015) proposto pelo Poder Executivo que, entre outras características discricionárias, criminaliza de modo vago "os atos preparatórios", permitindo que o Ministério Público, a polícia e os juízes qualifiquem como terroristas ações organizadas pelos sindicatos e movimentos sociais.²³

Por seu turno, as prioridades em matéria de política externa brasileira foram também visivelmente alteradas. Por quase uma década a estratégia brasileira foi centrada na propositura de iniciativas concretas para dinamizar a integração regional (diplomática, cultural, produtiva, comercial, e financeira) e na expansão da presença das marcas, produtos, tecnologias e serviços brasileiros em mercados emergentes de alto crescimento na América Latina e na África, além de um aumento da nível de atividade, de visibilidade e de autonomia do Brasil no plano multilateral. Entre 2003 e 2010, o país impulsionou novas instituições e introduziu mecanismos de cooperação regionais, abriu 19 embaixadas só na África e multiplicou em dez vezes o crédito público para a exportação.

Hoje estes temas têm pouco espaço em ações de governo, ou mesmo no discurso oficial. Sob a presidência de Dilma Rousseff, o Brasil passou tratar o Mercosul mais como um problema do que como um trunfo, enquanto as esparsas visitas oficiais à África – onde se situam 13 das 30 economias que mais cresceram em 2015 – cessaram há dois anos.

Num desdobramento ainda mais surpreendente, grandes grupos privados de mídia promoveram uma inédita porém prolongada campanha, ativamente explorada por parlamentares opositoristas, que buscou retratar o apoio oficial às exportações brasileiras como intrinsecamente lesivo e potencialmente corrupto. Ocorre que a conquista de novos mercados, sobretudo os de alto crescimento, com a expansão da presença de marcas, produtos e tecnologias domésticas no comércio internacional, de um lado, bem como a ampliação, aprimoramento e diversificação dos instrumentos de apoio governamental às vendas das empresas nacionais no exterior são consideradas de alto interesse público em virtualmente todos os países no mundo com potencial exportador, independentemente de seu grau de desenvolvimento econômico ou do matiz ideológico de seus governantes. Estes fatos

²¹ Para um rol das medidas inseridas nas MPs 664 e 665/2014 e suas principais repercussões, ver:

<http://bancariospa.org.br/?p=28261> ; e <http://www.sticm-rj.com.br/index.php/noticias/85-alteracoes-seguro-desemprego-e-abono-salarial-mp-665>

²² Detalhes em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/PEC-da-seguranca-avanco-democratico-ou-retrocesso-institucional-/4/34612>

²³ Um Relatório Especial do Alto Comissariado para Direitos Humanos das Nações Unidas alertou que o texto da nova lei antiterrorismo foi "redigido de maneira excessivamente ampla e poderá restringir indevidamente as liberdades fundamentais". Disponível em: <http://www.ohchr.org/FR/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=16709&LangID=E>

facilmente comprováveis²⁴ ofereceram uma oportunidade singular ao governo liderado pelo PT para demonstrar publicamente o grau de desinformação e o inegável facciosismo das alegações dos opositores, bastando tão somente revelar as evidentes distorções dos fatos nelas contidas.

O que efetivamente ocorreu, contudo, foram manifestações apenas episódicas e com frequência de caráter meramente protocolar por parte dos dirigentes governamentais que, novamente, optaram por deixar que o debate público fosse pautado pela insistente repetição de afirmações incompletas, incorretas ou desprovidas do necessário embasamento técnico. Como corolário, justamente no curso do aprofundamento, ao longo de 2015, de uma recessão econômica cujos efeitos poderiam ser minorados por um redobrado esforço exportador, os desembolsos do sistema público de financiamento ao comércio exterior brasileiro caíram pela metade em relação aos níveis de 2014, que já se situavam abaixo da média histórica. A modesta parcela de mercado do Brasil como fornecedor de bens manufaturados – e particularmente de serviços de engenharia – para economias emergentes, já está sendo reduzida e deverá diminuir ainda mais nos próximos anos.

A despeito de ocasionais declarações *pro forma* reafirmando a continuidade da política externa em relação às linhas prioritárias desenvolvidas no período 2003-2010, os temas que efetivamente receberam atenção governamental a partir do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff são a “convergência regulatória” com os EUA e a Europa e a agenda sobre a mudança climática – de fato, o novo Ministro de Relações Exteriores nomeado em 2011 foi escolhido ostensivamente por conta de sua familiaridade com este assunto. As ambições concretas da nova agenda internacional brasileira são a conclusão de um acordo tarifário com a União Europeia que busca concessões para produtos agrícolas brasileiros na Europa em troca de facilidades para os serviços europeus no Brasil²⁵; pavimentar o caminho para uma futura adesão à OCDE, juntando-se ao Chile e ao México como um dos “emergentes amigáveis” da Organização;²⁶ e uma reaproximação – propiciada por um maior alinhamento no plano internacional – com os Estados Unidos.

²⁴ O esforço crescente de ampliar suas exportações e o conseqüente acirramento da concorrência no comércio internacional não apenas em decorrência do crescimento histórico da presença dos competidores asiáticos, mas ainda mais agudamente após a retração dos fluxos de comércio ocorrida na esteira da crise financeira mundial deflagrada pelo mercado de subprime dos EUA nos anos 2007-2008 está documentado em literalmente centenas de estudos acadêmicos e relatórios de instituições multilaterais. Por seu turno, a ampliação exponencial, ao longo dos últimos 70 anos, dos instrumentos de apoio governamental às exportações das empresas de seus respectivos - com a multiplicação de ECAs (*Export Credit Agencies*) e Seguradoras de Crédito públicas, entre diversos outros elementos de política comercial de incentivo e suporte as exportações - é matéria de registro público de instituições como a OMC, a OCDE e a União de Berna.

²⁵ Essa negociação foi iniciada pelo governo FHC na década de 1990, com o objetivo declarado de promover uma “maior integração da economia brasileira às cadeias globais de valor”, vale dizer, tomando as vantagens comparativas naturais (estáticas) como base da inserção econômica internacional do Brasil, p.ex. a “vocação” agrário-exportadora do país, discurso hoje recuperado pelo governo petista:

http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1426876349.pdf

²⁶ Juntamente com a África do Sul, a China, a Índia e a Indonésia, o Brasil desde 2007 faz parte do grupo de *Enhanced Engagement* (engajamento ampliado), que visa a explorar pragmaticamente as sinergias e benefícios que foros e instrumentos específicos do sistema OCDE possam trazer ao interesse nacional de cada um desses países, sem contudo admitir submeter-se à totalidade de regras, práticas e códigos restritivos da organização. A adesão brasileira como membro pleno da OCDE alteraria esta situação, tornando compulsórias mudanças em esquemas de relacionamentos hoje existentes com nossos parceiros comerciais (como no âmbito da ALADI) e mesmo em políticas internas há muito estabelecidas como o incentivo ao incremento de conteúdo nacional no setor industrial, de infraestrutura etc.

Este último objetivo revela-se como o mais facilmente alcançável, como pode ser inferido pelo grau de afabilidade testemunhado durante a visita de estado da Presidente Dilma Rousseff aos EUA em junho de 2015. Todos os gestos simbólicos foram devidamente realizados, incluindo reuniões com financistas em Wall Street, bem como com ícones do Partido Republicano tais como Henry Kissinger, Condoleezza Rice e Rupert Murdoch. A determinação em agradar o governo americano foi de tal ordem que a visita foi usada para sinalizar publicamente que um acordo de livre comércio com os Estados Unidos – contra o qual o PT lutou por vários anos na década de 1990 – é "uma aspiração" do atual governo brasileiro.²⁷

Amabilidades e adulações à parte, o sucesso final do objetivo da Presidente Dilma Rousseff em estreitar os vínculos com os EUA está assegurado por fatores de natureza mais estrutural. Seja pelo recuo do Brasil em sua postura de (virtual) liderança regional e na competição por mercados emergentes de rápido crescimento, de um lado, seja pelo zelo do atual governo brasileiro em relação à cooperação internacional em matéria de combate à corrupção e ao terrorismo,²⁸ de outro, há muito poucas notícias provenientes de Brasília nos dias atuais que não sejam boas notícias para Washington.

7. O Túnel no Final da Luz: Situação Presente e Perspectivas Futuras

Diante do histórico de insucessos das políticas governamentais, caracterizado pelo aprofundamento da recessão econômica, pela intensificação do cerco político e pela queda livre da aprovação popular, seria de se esperar que um novo curso de ação estivesse sendo seriamente considerado em Brasília a esta altura. Em particular, o conjunto de indicadores econômicos negativos sendo continuamente gerados a cada mês neste que acabou por converter-se em um quadro de estagflação, poderia ter levado alguns economistas ortodoxos mais pragmáticos, ou mesmo um único membro da equipe econômica do governo, a flexibilizar sua adesão às doutrinas do "novo consenso macroeconômico" (NCM) e cogitar a adoção de medidas anticíclicas.

A realidade demonstrou, entretanto, que o exato oposto ocorreu. Tornou-se um lugar-comum para os comentaristas do *mainstream* econômico no Brasil atribuir todos os presentes impasses econômicos do país à irresponsabilidade de gastos excessivos, em geral, e às políticas contracíclicas implementadas após o agravamento da crise do *Subprime*, em particular.

Uma ilustração é fornecida pelo ex-ministro Delfim Netto, frequente conselheiro informal do ex-presidente Lula que, confrontado pelo colapso do investimento público e privado Brasil, recentemente qualificou de "pensamento mágico" as propostas para que se abandonem as políticas contracionistas no país.²⁹ Em vez disso, no momento em que o Brasil enfrenta a sua pior crise econômica em três décadas, a estratégia prescrita pelo ex-ministro para restaurar o crescimento é "criar a expectativa de crescimento", para de alguma forma "acordar o 'espírito animal'" dos empresários. A maneira pela qual o governo poderia criar este pequeno milagre de autossugestão que levaria os empresários a expandirem fortemente os seus investimentos em meio a uma queda exponencial da demanda agregada não ficou inteiramente clara.

²⁷ http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150628_ministro_acordo_livre_comercio_rm

²⁸ Várias das investigações acima mencionadas envolvendo a Petrobras foram efetuadas em estreita cooperação com órgãos policiais / investigativos nos Estados Unidos e com o Departamento de Justiça americano.

²⁹ Ver em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/878/diagnostico-equivocado-6779.html>

Independentemente das apostas de comentaristas e dos palpites de grande conselheiros, o fato é que novas medidas que reafirmam e reforçam a escolha de políticas neoliberais pelo governo da Presidente Dilma Rousseff vem sendo regularmente anunciadas. Embora as metas fiscais iniciais para 2015 tivessem sido revistas para baixo em mais de uma ocasião, em razão da drástica redução das receitas fiscais provocada pelo declínio da atividade econômica global, estabilizar o tamanho da dívida pública bruta – não do endividamento líquido ou da dívida pública como parcela do PIB – e produzir um resultado fiscal primário crescente continuam sendo as prioridades oficiais.

Poder-se-ia imaginar que quase ninguém fora do FMI aconselharia aumentar ainda mais o arrocho fiscal em meio a uma recessão de magnitude histórica.³⁰ Na verdade, porém, a permissão que o FMI tradicionalmente se autoconcede para ignorar as lições da história tem sido ultimamente incorporada por membros do governo brasileiro e pelo conjunto usual de economistas simpáticos ao rentismo. O fato é que um discurso ortodoxo drástico não se coaduna facilmente com a realidade prevalecente nas condições macroeconômicas atuais do país.

Embora nem membros do governo nem os comentaristas ditos “especializados” da mídia local estejam interessados em esclarecer a opinião pública sobre este fato, mesmo no seu pico de 2015 a dívida pública bruta do Brasil está abaixo de 70% do PIB, menos do que a austera Alemanha e significativamente menos do que os Estados Unidos ou o Reino Unido, ambos em torno da marca de 120% do PIB.³¹

Ainda mais importante é o fato de que a pregação em torno do “ajuste fiscal” e da redução da dívida pública bruta soa extremamente impraticável quando, além da queda das receitas do governo – variável curiosamente ausente em quase todas as simulações sobre os efeitos da política fiscal restritiva no país –, tanto o custo como o tamanho da dívida pública foram inflados pelas elevações expressivas da taxa de juros.³²

De todo modo, a julgar pelos anúncios e os compromissos públicos sendo feitos pelo governo liderado pelo PT, as expectativas para 2016 são de mais do mesmo. Mais cortes de gastos e de investimentos públicos, reforma da seguridade social e da previdência, até mesmo os antes intocáveis benefícios sociais (tais como o programa Bolsa Família) – todos foram colocados abertamente na pauta da agenda de “austeridade” brasileira.

A persistência invariante nessa linha de ação frente à deterioração dos indicadores econômicos e sociais, bem como o crescente descontentamento tanto entre empresários como trabalhadores, ajudam a explicar por que o atual governo brasileiro tem os mais baixos índices

³⁰ Um revisor imparcial assinalou que, acerca deste ponto, não se deveria mencionar isoladamente o FMI, sem citar o Banco de Compensações Internacionais (BIS) que, de sua sede em Basileia, emana diretrizes para todos os bancos centrais que desejem adotá-las. De fato, em junho de 2010, quando os EUA ainda estavam apenas começando a sair da sua recessão e a União Europeia estava apenas começando a aprofundar sua recessão, o BIS afirmou em relação ao G-20 que os países não deviam esperar a retomada do crescimento para cortar “decisivamente” os déficits orçamentários, enquanto alertava que, a menos que as taxas de juros subissem em breve, “distorções” poderiam ser criadas. Nem o risco dos referidos países recaírem (ou mergulharem) em uma recessão, nem o custo fiscal de elevar as taxas incidentes sobre a dívida pública foram citados. <http://uk.reuters.com/article/us-bis-idUKTRE65R1Q320100628>

³¹ Em todos os casos citados os números referem-se à dívida pública bruta total, o que inclui tanto o governo federal quanto os governos estaduais e municipais ou seus correspondentes nos respectivos países. Fontes: Office of National Statistics - Public Sector Finances [ver <http://www.ons.gov.uk>]; European Commission - Eurostat [ver <http://ec.europa.eu/eurostat>]; Banco Central do Brasil [ver <http://www.bcb.gov.br>]; Federal Reserve Bank of St. Louis - Economic Research [ver <https://research.stlouisfed.org>].

³² No espaço de 24 meses, o Banco Central do Brasil aumentou sua taxa básica de juros (Selic) em nada menos do que 425 pontos base – 250 pontos base somente no curso de 2015.

de aprovação popular desde o início da década de 1990. De fato, a se confirmarem os números da PNAD até agora conhecidos, o ano de 2015 poderá registrar a primeira queda da renda disponível das famílias simultânea com um aumento da desigualdade (concentração da renda) desde 1992, no governo Collor de Mello.

O fato de que os problemas políticos e econômicos enfrentados pelo país foram quase inteiramente produzidos por políticas deliberadas do governo em face de interesses particulares faz do Brasil um exemplo a ser considerado cautelarmente pelos demais países em desenvolvimento. Nesses países, qualquer projeto de desenvolvimento que vise à emancipação política e econômica das camadas menos favorecidas da sociedade, especialmente de seus excluídos, será sempre controverso. Isto é particularmente verdadeiro nos casos de países em que não apenas a distribuição de renda, mas também a da riqueza (propriedade), é fortemente desequilibrada, como ocorre no Brasil.

Para ter êxito neste tipo de projeto político, os líderes partidários que pretendem implantá-lo tem que estar dispostos a fazer alianças e concessões, mas nunca podem fazê-lo à custa de seus principais objetivos e de seus princípios básicos. Neste tipo de contexto, é totalmente irrealista a ideia de que é possível obter o beneplácito dos setores dirigentes tradicionais do país cuja dominância está sendo colocada em cheque. Recuar na sua estratégia principal, adotando “temporariamente” a agenda e as prioridades políticas dessas elites econômicas e políticas, em nada mitiga as resistências destas, servindo apenas para enfraquecer a base de apoio das lideranças progressistas.

No curso de um processo em que se buscam operar transformações sociais de caráter estrutural, mesmo que gradualmente, as alianças partidárias e os gestos de conciliação ou concessão aos interesses particulares dos detentores do poder econômico somente serão vantajosos quando celebrados a partir de uma posição de força relativa da parte do governo que pretenda implantar o projeto transformador em questão – seja ele redistributivo, inclusivo, ou ambos. Ocupar essa posição de força relativa implica, necessariamente, em preservar o apoio e a mobilização política daquela maioria incoesa da sociedade que se beneficia diretamente das mudanças sendo promovidas; e, muito especialmente, implica em assegurar a continuidade, ininterrupta, da geração de empregos e de riqueza, mesmo que ocasionalmente tenha-se que fazê-lo num ritmo mais lento.

Claro está que as recomendações estratégicas e táticas acima não foram seguidas pelo atual governo brasileiro. Mas apesar da recessão recorde, da forte perda salarial e dos graves números do desemprego, é menos provável que a crise política atual acabe de forma dramática para a Presidente Dilma Rousseff, como ocorreu com os presidentes Vargas, impelido ao suicídio em 1954, e Goulart, forçado a deixar o cargo e o país em 1964.

Por um lado, as Forças Armadas brasileiras, que desempenharam um papel central na deposição desses dois presidentes em um contexto de Guerra Fria, há muito aceitaram que, tanto por razões de legitimidade interna como na ótica da comunidade internacional, a era dos golpes militares acabou-se. Por outro lado, como o registro feito nas seções precedentes revela, a Presidente Dilma Rousseff e a liderança do PT já retrocederam em seus compromissos políticos com os trabalhadores e se renderam sem muita luta em todas as questões-chave das políticas públicas, o que torna a sua remoção do cargo importante apenas do ponto de vista formal e jurídico, mas indiferente substantivamente no que toca aos interesses materiais gerais, quer da classe dominante, quer da classe trabalhadora.